



# COLOMBO AGRINDÚSTRIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.430.975-001-53

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023. Permencamos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atriana-SP, aos 25/06/2024. A Diretoria



## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo Circulante	2024		2023		Ativo Circulante	2024		2023	
	Nota					Nota			
Caixa e equivalentes de caixa	9	868.633	894.256	Fornecedores	18	212.293	150.428		
Contas a receber	10	201.666	148.305	Empréstimos e financiamentos	19	48.804	198.751		
Estoques	11	309.306	246.728	Instrumentos financeiros derivativos	24	8.642	22.376		
Ativo biológico	13	776.780	708.975	Parcerias agrícolas a pagar	16	237.612	270.863		
Adiantamentos a fornecedores	12	128.387	106.665	Arrendamentos a pagar	16	14.822	48.252		
Impostos a recuperar	14	91.261	163.748	Impostos e contribuições a recolher	20	35.138	19.980		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	105.078	83.257	Imposto de renda e contribuição social a recolher	25	31.058	19.516		
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.548	24.584	Salários e encargos a recolher	42	51.311	31.397		
Outros ativos	15	6.653	5.200	Adiantamentos de clientes	6	6.303	6.500		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.494.920</b>	<b>2.281.538</b>	Dividendos a pagar	84	5.552	42.121		
				Outras obrigações	33	33.369	41.140		
<b>Total do passivo circulante</b>				<b>755.128</b>		<b>829.334</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Não Circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	3	Total obrigações	44	54.359	59.117		
Impostos a recuperar	14	5.835	2.610	Empréstimos e financiamentos	19	1.793.331	1.641.438		
Depósitos judiciais	15	25.724	23.685	Instrumentos financeiros derivativos	24	23.257	11.623		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>31.598</b>	<b>28.298</b>	Parcerias agrícolas a pagar	16	978.630	1.103.459		
				Arrendamentos a pagar	16	59.833	63.945		
				Provisão para demandas judiciais	21	45.235	38.925		
				Passivo fiscal diferido	25	121.712	156.730		
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.066.557</b>	<b>3.075.238</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>5.994.943</b>	<b>5.789.807</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.994.943</b>	<b>5.789.807</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de março de 2022	Retenção de lucros		Reservas de lucros		Lucros		Ajuste de avaliação		Total
	Capital social	Reserva legal	lucros	incentivos fiscais	acumulados	patrimonial			
Realização de custo atribuído	1.220.543	44.054	260.194	-	-	104.792	-	1.629.544	
Integralização de capital	236.391	-	-	-	8.504	-	-	236.391	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	254.133	-	
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	-	72.903	-	-	-	-	
Reserva legal	-	12.707	-	-	-	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	(192.702)	-	-	-	-	
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	134.897	-	-	-	-	
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>1.456.934</b>	<b>56.761</b>	<b>202.389</b>	<b>72.903</b>	<b>-</b>	<b>96.248</b>	<b>-</b>	<b>1.886.235</b>	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	8.465	-	-	-	
Integralização de capital	155.853	-	-	-	-	-	-	155.853	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	356.007	-	
Reserva legal	-	17.800	-	-	-	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	139.285	-	-	-	-	
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>1.612.787</b>	<b>74.561</b>	<b>325.224</b>	<b>72.903</b>	<b>-</b>	<b>87.783</b>	<b>-</b>	<b>2.173.258</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Colombo Agrindústria S.A. (" Companhia ") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Atriana, Estado de São Paulo, a companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Atriana, Palestina e Santa Adélia, todos no Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividades preponderantes a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação e a comercialização de (i) açúcar cristal, (ii) açúcar refinado, (iii) açúcar demerara, (iv) açúcar orgânico, (v) etanol anidro e (vi) etanol hidratado. Além disso, a Companhia atua no comércio de açúcar cristal, açúcar refinado e açúcar demerara. Aproximadamente 85% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parceiros agrícolas e 15% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais e a ciclos de crescimento da cana-de-açúcar. O período de cana-de-açúcar ocorre um período de até 18 meses para a maturação e início de colheita. O período anual de safra da Companhia inicia em abril e termina até dezembro. O exercício social da Companhia se encerra em 31 de março de cada ano. A Companhia é controlada pela holding Angelina Colombo Participações S.A. com participação de 98,41% no capital votante. **2. Base de preparação:** A Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC e CFC) e das Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (RFB GAAP). A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e suas fontes, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 03 de junho de 2024. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material nos resultados e a situação financeira da Companhia. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas. **Nota explicativa nº 16 -** o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de reconhecimento inicial de passivos e premissas contábeis significativas está mencionadas a seguir. **b. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 13. **c. Ativos imobilizados:** O reconhecimento de ativos biológicos inclui a realização de testes para determinar o período de vida para efeitos de sua depreciação e a situação de utilização, além do valor justo na data de aquisição. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment. Ativos imobilizados que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Vide Notas 17, **d. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais tributárias, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tal como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou identificações com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 21. **e. Passivo de arrendamento e direito de uso:** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos níveis de hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **f. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. A Companhia reconhece a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas observações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de sequência de eventos. **Nível 1:** inputs, exceto os preços cotados incluindo o Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de crédito e dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16. **i. Ativo/Passivo fiscal diferido:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias definitivas e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **g. Perda por redução ao valor recuperável de contos a receber:** A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidez e metodologia para mensurar o reconhecimento inicial de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de PCLD. A Companhia calcula esse impairment do conta a receber criando uma matriz de idade de saldo do conta a receber (Nota 10), com base na conta e nas classificações de créditos "rating" dos clientes que compõem o saldo do conta a receber. **h. Mensuração do valor justo:**



COLOMBO AGROINDÚSTRIA S.A. - CONTINUAÇÃO DA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 (Em milhares de Reais)

ICMS (I)	13.504	6.209	Renúncia de crédito de ICMS -				
PIS e COFINS (II)	80.977	60.776	sem efeito caixa (I)				
Outros	1.617	2.293	1.610 26.412 28.022 (21.165) (221.239) (242.404)				
<b>Total</b>	<b>97.096</b>	<b>69.278</b>	<b>20.122 (20.122)</b>				
Circulante	91.261	66.768	<b>Saldo 31/03/2024 69.484 1.200.283 1.269.767</b>				
Não circulante	5.835	2.610	(I) A renúncia de crédito ocorre com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela consorciana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso.				
(II) ICMS: O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48 e por créditos apurados na aquisição de insumos agrícolas e industriais, sobretudo combustíveis. Os créditos podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. (III) PIS e COFINS: o saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS. Esses créditos poderão ser compensados com outros tributos federais. Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/2022 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 3º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo ("GLP"), garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda cadeia econômica.							
15. Depósitos judiciais:	Os Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações civis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de créditos tributários. Os Depósitos judiciais são corrigidos na sua maioria, pela taxa referencial (TR), dependendo da natureza jurídica. A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:						
IPJ sobre vendas de açúcar (I)	2024	2023					
Trabalhista	11.523	11.523					
Cível	12.302	1.117					
Outros	783	752					
<b>Total</b>	<b>25.724</b>	<b>25.665</b>					
(II) Refere-se a depósitos judiciais do IPJ sobre o apurar no período de julho de 2007 a março de 2009 pelo fato de a Companhia considerar a inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A Companhia reconheceu o passivo correspondente.							
16. Direito de uso e Arrendamentos. a) Arrendamentos:	Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas passaram a atender as definições de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2020, no caso específico da Companhia, pela incorporação das atividades da antiga coligada Companhia Agrícola Colombo. Antes da incorporação os contratos eram detidos por esta Companhia e estes não se enquadravam nas premissas do normativo CPC 06(R2), visto que a Companhia Agrícola Colombo detinha o direito de uso e acesso a terra, mas não realizava nenhum pagamento ao parceiro.						
b) Movimentação do direito de uso	Arrendamentos Parcerias agrícolas Total						
Saldo 31/03/2022	76.667	1.511.288	1.587.953				
Adições novos contratos - sem efeito caixa	27.603	234.624	262.227				
Renúncia de contratos - sem efeito caixa (I)	894	21.051	21.945				
Amortização	(39.551)	(417.812)	(457.363)				
Saldo 31/03/2023	65.619	1.349.131	1.414.750				
Adições novos contratos - sem efeito caixa	3.304	66.101	69.405				
17. Imobilizado	Custo						
Terras	2023	2022					
Edifícios e benfeitorias	106.360	106.360					
Móveis e utensílios	1.912	1.912					
Veículos	292.572	36.339					
Máquinas e implementos agrícolas	224.989	86.108					
Máquinas, equipamentos e instalações	944.250	11.932					
Equipamentos de informática	20.717	802					
Imobilizado em andamento	90.977	15.294					
Manutenção de entressafra	635.147	153.946					
Lavouras de cana	1.737.487	355.284					
Outras imobilizações	6.802	1.302					
Adiantamento para aquisição de imobilizado	23.887	-					
<b>Total</b>	<b>4.036.727</b>	<b>738.713</b>	<b>(425.694)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.349.746</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32.832) (1.963) - - - (32.832)						
Móveis e utensílios (5.735) (320) - - - (5.735)							
Veículos (194.310) (12.207) - - - (206.517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88.693) (21.075) - - - (109.768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557.559) (35.459) - - - (593.018)							
Equipamentos de informática (11.706) (1.733) - - - (13.439)							
Manutenção de entressafra (400.269) - (234.874) 400.269 - - (234.874)							
Lavouras de cana (680.597) - (288.225) - - - (968.822)							
Outras imobilizações 635.147 153.946 - (400.269) - - (56.105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23.887 - - - - (23.887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32.832) (1.963) - - - (32.832)						
Móveis e utensílios (5.735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194.310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (21,075) - - - (109,768)							
Máquinas, equipamentos e instalações (557,559) (35,459) - - - (593,018)							
Equipamentos de informática (11,706) (1,733) - - - (13,439)							
Manutenção de entressafra (400,269) - (234,874) 400,269 - - (234,874)							
Lavouras de cana (680,597) - (288,225) - - - (968,822)							
Outras imobilizações 635,147 153,946 - (400,269) - - (56,105)							
Adiantamento para aquisição de imobilizado 23,887 - - - - (23,887)							
<b>Total</b>	<b>(1.971.701)</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(623.099)</b>	<b>416.907</b>	<b>-</b>	<b>(2.150.650)</b>	
Depreciação	Edifícios e benfeitorias (32,832) (1,963) - - - (32,832)						
Móveis e utensílios (5,735) (320) - - - (5,735)							
Veículos (194,310) (12,207) - - - (206,517)							
Máquinas e implementos agrícolas (88,693) (							



**COLOMBO AGROINDÚSTRIA S.A. - CONTINUAÇÃO DA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 (Em milhares de Reais)**

aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações. c. <b>Principais saldos:</b> Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 são saldos de dividendos referente ao exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-</td> <td>(99)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		Ativo		Resultado		2024	2023	2024	2023	-	(99)	-	-	João Colombo Agrícola S.A. <b>Custo dos produtos vendidos</b> <b>Compra de matéria-prima</b> João Colombo Agrícola S.A.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(83.261)</td> <td>(42.131)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(1.290)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Ativo		Resultado		2024	2023	2024	2023	(83.261)	(42.131)	-	-	(1.290)	-	-	-	Total Exportação Cristal Exportação VHP Cristal MI <b>Total</b>	297.208 [m²] 2.976.000 Sacas 50kg 35.000 Sacas 50kg - Sacas 50kg <b>3.011.000 Sacas 50kg</b>	<b>DIRETORIA</b> Anderson Roberto Travagini Rogerio Aparecido Ferreira de Azevedo <b>CONSELHEIRO</b> Sergio Augusto Colombo I Flavio Eduardo Colombo; Marcio Benedito Colombo I Carlos Augusto Colombo Carlos Roberto Colombo I Maria Lúcia Colombo Villas Boas Fredy Assis Colombo <b>CONTADOR</b> Marco Aurelio Belotti - TC CRC 149.826
	Ativo		Resultado																																
2024	2023	2024	2023																																
-	(99)	-	-																																
Ativo		Resultado																																	
2024	2023	2024	2023																																
(83.261)	(42.131)	-	-																																
(1.290)	-	-	-																																
<b>Passivo circulante</b> Angelina Colombo Participações S.A. Outros <b>Saldo a pagar referente a compra de cana-de-açúcar</b>	(83.261) (1.290)	(42.131)	- -	- - (34.522) (34.522) (84.552) (42.230) (34.522) (34.522)	<b>32. Compromissos:</b> A Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados: Etanol Hidratado Etanol Anidro	187.023 [m³] 110.184 [m³]	<b>33. Eventos subsequentes:</b> A Companhia celebrou um contrato de empréstimo de 55 milhões com o Banco CHINA CONSTRUCTION BANK em 29 de abril de 2024. O empréstimo possui uma taxa de juros ao ano de CDI + 1,19%, com base na taxa CDI, e um prazo de amortização de 5 anos. Os recursos serão utilizados para expandir a capacidade produtiva e melhorar as operações.																												

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Acionistas da **Colombo Agroindústria S.A.** Ariranha-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Colombo Agroindústria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colombo Agroindústria S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos:** Veja as Notas 7.1 e 13 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. A determinação do valor justo menos a despesa de venda

requer a utilização de premissas e estimativas, que incluem entre outras: a área estimada de colheita, o valor de Kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo menos a despesa de venda, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: **(i)** Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados ao processo de estimativa do valor justo dos ativos biológicos. **(ii)** Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: **(i)** Avaliamos se a apuração do valor justo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, atendendo assim às determinações do CPC 29; **(ii)** Avaliamos se as premissas utilizadas na apuração do valor justo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e se os argumentos apresentados são razoáveis; **(iii)** Avaliamos se os dados base, incluindo as premissas macroeconômicas, utilizados na apuração do valor justo são condizentes com a data de elaboração do cálculo e são provenientes de fontes confiáveis; e **(iv)** Conferimos os cálculos matemáticos da apuração do valor justo. **(v)** Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores justos dos ativos biológicos e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **(i)** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **(ii)** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **(iii)** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **(iv)** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. **(v)** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **(vi)** Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto, 03 de junho de 2024  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-027666/0-5 F SP  
**Giovani Ricardo Pigatto** - Contador CRC 1SP263189/0-7



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>